

**CURSINHO POPULAR COMUNIDADE FAZARTE: 20 ANOS DE EXTENSÃO  
POPULAR NA UFG**

***CURSO POPULAR COMUNIDADE FAZARTE: 20 AÑOS DE EXTENSIÓN POPULAR  
EN LA UFG***

***COMMUNITY COURSE COMUNIDADE FAZARTE: 20 YEARS OF COMMUNITY  
EXTENSION AT UFG***



Geisa Nunes de Souza MOZZER<sup>1</sup>  
e-mail: geisa\_nunes\_mozzer@ufg.br



Alessandra Oliveira Machado VIEIRA<sup>2</sup>  
e-mail: alessandra\_vieira@ufg.br



Filipe Milagres BOECHAT<sup>3</sup>  
e-mail: filipeboechat@gmail.com

**Como referenciar este artigo:**

MOZZER, G. N. S.; VIEIRA, A. O. M.; BOECHAT, F. M. Cursinho popular Comunidade Fazarte: 20 anos de extensão popular na UFG. **Rev. Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 14, n. esp. 2, e024023, 2024. e-ISSN: 2237-258X. DOI: 10.30612/eduf.v14iesp.2.19710



| **Submetido em:** 11/03/2024

| **Revisões requeridas em:** 21/04/2024

| **Aprovado em:** 12/07/2024

| **Publicado em:** 30/12/2024

**Editora:** Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado

**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

<sup>1</sup> Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa/UFG (1990). Mestrado em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC/SP (1994) e Doutorado em Psicologia pela Universidade de Brasília/UnB (2008).

<sup>2</sup> Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2001). Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade de Brasília/UnB (2004) e Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade de Brasília/UnB (2011).

<sup>3</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Diretor Adjunto de Extensão do Instituto de Psicologia da UFRJ. Coordenador do Grupo de Extensão Popular Ignacio Martín-Baró. Possui Graduação, Mestrado e Doutorado em Psicologia pela UFRJ.

**RESUMO:** O Cursinho Popular Comunidade FazArte existe na Universidade Federal de Goiás desde 2006. À primeira vista, trata-se de mais um pré-vestibular comunitário, uma vez que está voltado aos processos de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes da educação básica e de baixa renda, visando seu ingresso em instituições públicas de ensino superior brasileiras. Mas o resgate da história do FazArte mostra que o projeto vai além, ao buscar, por meio de diversas estratégias de ensino e variados processos grupais, contribuir para a conscientização, a organização política e a formação cultural de jovens trabalhadores. O presente relato de experiência busca apresentar um pouco da história desse projeto com o intuito de contribuir para a preservação de sua memória e da Faculdade de Educação da UFG, para os debates atuais sobre extensão e para a discussão sobre a importância da educação crítica para a transformação da universidade brasileira num espaço democrático, inclusivo e, sobretudo, popular.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Educação Popular. Extensão Popular.

**RESUMEN:** El curso comunitario “Comunidade FazArte” existe en la Universidad Federal de Goiás desde 2006. A primera vista, es otro curso preuniversitario comunitario, ya que está enfocado a los procesos de aprendizaje y desarrollo de los estudiantes de educación básica y social, con el objetivo de ingresar a instituciones públicas de educación superior brasileñas. Pero la recuperación de la historia de FazArte muestra que el proyecto va más allá al buscar, a través de diferentes estrategias didácticas y variados procesos grupales, contribuir a la sensibilización, organización política y formación cultural de los jóvenes trabajadores. Este relato de experiencia busca presentar un poco de la historia de este proyecto con el objetivo de contribuir a la preservación de su memoria y la de la Facultad de Educación de la UFG, a los debates actuales sobre extensión y a la discusión sobre la importancia de las reflexiones críticas y educación clasista, para la transformación de la universidad brasileña en un espacio democrático, inclusivo y, sobre todo, popular.

**PALABRAS CLAVE:** Educación. Educación Popular. Extensión Popular.

**ABSTRACT:** The community course “Comunidade FazArte” has existed at the Federal University of Goiás since 2006. At first sight, it is another community pre-university entry course, as it is aimed at teaching and developing Middle and High School low-income students so they can gain entrance into Brazilian public universities. But FazArte’s history shows that the project goes further, by employing different teaching strategies and varied collective methodologies which contribute to the political awakening, organization and cultural growth of young workers. This report, retelling a personal experience with the project, introduces a little of the history of this project, with the goal of contributing to the preservation of its legacy and promote the current debates on Extension programs, as well as to promote the discussion about the importance of critical education to transform the Brazilian university space into a democratic, inclusive and, above all, community driven space.

**KEYWORDS:** Education. Community Education. Community Extension.

## **Introdução**

O cursinho popular Comunidade FazArte é um dos mais antigos projetos de Extensão da Universidade Federal de Goiás (UFG). Criado em 2005, fora dos muros da UFG e cadastrado na Universidade, em 2006. Desde 2009, o projeto é uma ação de extensão vinculada à Faculdade de Educação/UFG, atualmente envolvendo cinco professores dessa unidade e uma professora do Instituto de Química/UFG, além de estudantes e ex-estudantes dos mais variados Institutos e Unidades Acadêmicas da UFG.

Através dessa ação, educadores populares ministram aulas para estudantes da Educação Básica, principalmente àquela camada da sociedade em vulnerabilidade socioeconômica, visando contribuir para seu ingresso em instituições públicas de Ensino Superior brasileiras. O projeto também busca contribuir para uma preparação crítica desses estudantes antes da passagem à vida universitária, e para a formação da identidade de educador popular nos estudantes dos cursos de licenciatura da UFG e do Instituto Federal de Goiás (IFG) que, nos últimos dois anos, foi a sede do cursinho. Esses educadores populares atuam no cursinho de forma militante e voluntária, entendendo que devem contribuir para a educação e a conscientização das amplas maiorias populares no sentido de sua emancipação. Atualmente, o cursinho acontece aos sábados, de 8 às 17 horas, na Faculdade de Educação da UFG.

O FazArte promove uma série de atividades adicionais, que vão além das aulas regulares e preparatórias para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), como palestras, cine-debates, saraus e rodas de conversa, todas centradas em temas polêmicos e diversos. O objetivo dessas iniciativas é promover o pensamento crítico entre os participantes e incentivá-los a envolver-se em discussões em grupo. Além disso, o projeto também investe na formação contínua dos educadores populares por meio de um grupo de estudos. Essa abordagem visa não apenas aprimorar seus conhecimentos, mas também promover o protagonismo e a autonomia desses estudantes. Ao capacitá-los, o FazArte busca garantir que eles possam oferecer uma educação de qualidade e atender às necessidades dos alunos e alunas de maneira mais eficaz.

À primeira vista, o FazArte pode parecer mais um pré-vestibular/Enem comunitário, focado em preparar estudantes de baixa renda para ingressarem em instituições públicas de Ensino Superior no Brasil. No entanto, ao analisarmos mais de perto sua história e evolução, percebemos que o projeto vai muito além desse propósito inicial, pois tal projeto de extensão e pesquisa da Faculdade de Educação da UFG tem se dedicado não apenas aos processos de aprendizagem acadêmica, mas também ao desenvolvimento integral dos estudantes. Por meio

de estratégias diversas de ensino e de variados processos grupais, o projeto busca promover a conscientização dos participantes sobre sua condição de jovens da classe trabalhadora, estimular sua organização política e contribuir para sua formação cultural. Além disso, o projeto investe na formação crítica e política tanto dos educadores/professores/ licenciandos como dos estudantes do Ensino Médio, reconhecendo sua importância como sujeitos de transformação social. Através do grupo de estudos, os educadores são incentivados a desenvolver sua autonomia e a buscar constantemente novas formas de engajar os estudantes no processo social, político e educativo.

Assim, o FazArte se destaca como um exemplo de como um pré-vestibular comunitário pode se tornar um espaço de educação integral, onde o desenvolvimento acadêmico, social, cultural e político dos estudantes é valorizado e incentivado. Dessa forma, ao invés de apenas preparar para o ingresso na universidade, o projeto busca preparar cidadãos críticos, conscientes e engajados na transformação de sua realidade.

Fazendo uma recuperação histórica, o cursinho popular Comunidade FazArte é um projeto de extensão popular vinculado à UFG que oferece à comunidade um curso gratuito preparatório para o Enem e vestibulares atrelados a uma perspectiva de educação popular e emancipadora. É formado principalmente por graduandos e graduandas de licenciaturas da UFG, mas não exclui participantes externos à UFG. Seguindo os princípios de autogestão colegiada, o projeto se organiza coletivamente com a participação de todos os seus membros.

No presente artigo, apresentamos um pouco da história desse projeto que, nos seus 20 anos de existência, entrelaça-se à história dos 55 anos da Faculdade de Educação da UFG, com o intuito de contribuir para a preservação de sua memória, para os debates atuais sobre extensão universitária e para a discussão sobre a importância da educação crítica e classista na transformação da Universidade brasileira num espaço democrático, inclusivo e, sobretudo, popular.

### **Para quem é a universidade: para todos ou para poucos?**

É crucial considerar o contexto histórico e as estruturas de exclusão que permeiam o acesso às instituições públicas de Ensino Superior no Brasil ao discutir projetos como o FazArte. Historicamente, essas instituições foram marcadas por critérios elitistas e meritocráticos que favoreciam principalmente os segmentos mais privilegiados da sociedade.



A democratização do acesso a essas instituições, especialmente para filhos e filhas da classe trabalhadora, tem sido uma luta importante, embora enfrentando resistência e oposição de setores que defendem a manutenção do *status quo*.

O sistema de cotas implementado pelas universidades públicas brasileiras representou um avanço nesse sentido, buscando corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados. No entanto, desde 2003, quando a Universidade do Estado do Rio de Janeiro adotou um sistema de ações afirmativas, temos visto um forte movimento contrário à lei de cotas e, conseqüentemente, à inclusão, nas instituições públicas de Ensino Superior brasileiras, de filhas e filhos da classe trabalhadora brasileira (majoritariamente negra). Mesmo com essas medidas, ainda persistem desafios e resistências à democratização do acesso ao Ensino Superior no Brasil. Vale lembrar as declarações feitas em agosto de 2021, durante uma entrevista ao programa Sem Censura, da TV Brasil, em que o então ministro da Educação, Milton Ribeiro, defendeu que as universidades deveriam ser “para poucos”, evidenciando uma mentalidade elitista e meritocrática ainda presente em alguns setores políticos e sociais do País.

Nesse contexto, projetos como o FazArte desempenham um papel fundamental não apenas ao preparar os estudantes para os desafios do vestibular, mas também ao promover a conscientização sobre as estruturas de exclusão e desigualdade presentes no sistema educacional brasileiro. Ao proporcionar acesso à educação de qualidade e estimular o pensamento crítico e a consciência política, o FazArte contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

No entanto é fundamental reconhecer que a concepção das universidades e das instituições públicas de Ensino Superior brasileiras como espaços de excelência reservados apenas para uma elite não é algo novo. Desde os primórdios da fundação da primeira universidade do Brasil, em 1920, essa mentalidade elitista e meritocrática tem prevalecido, apesar dos esforços empreendidos para democratizar o acesso, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Fernandes, 1975).

Como alertamos em Mozzer, Vieira e Boechat (2021), esse elitismo, que se manifesta de diversas formas conforme a conjuntura e os contextos histórico-sociais, tem contribuído para perpetuar a universidade e outras instituições de Ensino Superior públicas como ambientes pouco receptivos a uma cultura democrática, inclusiva e, principalmente, popular. Essa realidade tem sido um obstáculo significativo para a promoção da igualdade de oportunidades

e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Prova disso é que, no Brasil, o acesso à Educação Superior ainda é tratado como privilégio. Afinal, embora tenha havido uma expansão significativa do acesso, os dados divulgados pelo INEP, por meio do Censo da Educação Superior de 2021, demonstram que menos de 25% dos jovens de 18 a 24 anos acessam o ensino superior no Brasil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Como ressaltado em Mozzer, Vieira e Boechat (2021), o vestibular não pode ser considerado um processo natural ou inevitável. Na verdade, ele se estabeleceu historicamente quando o número de candidatos começou a superar o número de vagas disponíveis, o que ocorreu na década de 1920. As propagandas dos cursinhos comerciais frequentemente destacam os alunos que passaram no vestibular e frequentemente se referem à ideia de ranqueamento e meritocracia. Por outro lado, os estudantes que não conseguem aprovação, muitas vezes culpabilizam-se por não terem obtido o mesmo resultado, sentindo-se inadequados para competir e vencer.

Essas contradições têm gerado um forte questionamento por parte de diversos movimentos sociais sobre a legitimidade dos processos seletivos das universidades públicas, bem como sobre a indústria do cursinho pré-vestibular/Enem nos moldes tradicionais. Esses movimentos destacam que tais processos seletivos tendem a reproduzir e reforçar desigualdades sociais, econômicas e raciais, ao privilegiar aqueles que tiveram acesso a uma educação de maior qualidade e recursos financeiros para investir em preparação para o vestibular.

Nesse sentido, frisamos em Mozzer, Vieira e Boechat (2021) ser essencial repensar e transformar os critérios de seleção para o Ensino Superior, de modo a garantir uma maior inclusão e diversidade nos espaços acadêmicos. Isso pode envolver a implementação de políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais e sociais, bem como a adoção de métodos de avaliação mais abrangentes e inclusivos, que considerem não apenas o desempenho em provas padronizadas, mas também o potencial e as habilidades dos candidatos em diversos aspectos. Além disso, é fundamental investir em medidas que visem a melhoria da qualidade da educação básica, de forma a reduzir as desigualdades de acesso ao conhecimento desde as etapas iniciais da formação escolar.

Somente assim será possível construir um sistema educacional mais justo e equitativo, capaz de promover o pleno desenvolvimento de todos os indivíduos e contribuir para o progresso da sociedade como um todo. Portanto, é necessário confrontar e superar essa mentalidade elitista que permeia as instituições de Ensino Superior, a fim de garantir que elas

cumpram verdadeiramente seu papel como espaços de produção de conhecimento, formação de cidadãos e promoção do desenvolvimento social e econômico do País (Mozzer; Vieira; Boechat, 2021).

### **Vestibular/Enem: mecanismos de inclusão ou de segregação?**

O foco no ranqueamento e na meritocracia, características centrais tanto do vestibular tradicional quanto do Enem, quase sempre ignora as disparidades socioeconômicas e educacionais entre os candidatos. Isso pode resultar na exclusão de estudantes que não tiveram acesso a recursos adequados de preparação, como cursinhos pré-vestibulares, materiais de estudo e uma educação básica de qualidade. Como resultado, o sistema de seleção para o Ensino Superior acaba reproduzindo e perpetuando as desigualdades existentes na sociedade, ao invés de combatê-las. Além disso, a competição acirrada e a pressão gerada pelos exames podem ter efeitos negativos sobre a saúde mental dos estudantes, contribuindo para o aumento da ansiedade e do estresse durante o período de preparação e realização das provas.

A professora da Faculdade de Educação e colaboradora do Projeto FazArte, Marilúcia Lago (2013), destacou questões cruciais sobre a segregação social e suas consequências para a juventude, especialmente aquela pertencente aos estratos sociais mais pobres. Essa segregação não apenas limita o acesso a bens e serviços públicos essenciais, mas também influencia a participação política e a inserção social dos jovens em suas comunidades e na cidade como um todo. Segundo a autora, é preocupante observar como a juventude de camadas sociais menos privilegiadas muitas vezes é relegada a espaços periféricos, distantes dos centros urbanos e com acesso limitado a oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Esses jovens lidam diariamente com uma série de desafios, incluindo dificuldades de deslocamento, acesso limitado a espaços públicos de qualidade e falta de oportunidades para participação política significativa. A falta de infraestrutura e de investimentos nessas áreas contribui para perpetuar a exclusão e a marginalização desses adolescentes, dificultando seu acesso à educação de qualidade, emprego digno quando forem adultos e participação cívica. A ausência de representatividade e participação política dos jovens nessas comunidades também é alarmante, pois os deixa à margem dos processos decisórios que afetam suas vidas e seus futuros. Isso pode levar a uma sensação de desengajamento cívico e alienação, reforçando ainda mais sua condição de segregados sociais.

Lago (2013) lembra ser fundamental que políticas públicas e iniciativas sociais se concentrem em enfrentar essas desigualdades estruturais e promover a inclusão e a participação ativa dos jovens nas esferas políticas, sociais e econômicas da sociedade. Isso requer investimentos em infraestrutura, educação, acesso a emprego decente, programas de capacitação e apoio psicossocial, bem como a criação de espaços seguros e inclusivos nos quais os jovens possam se expressar, participar e contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades. Somente por meio de abordagens integradas e inclusivas poderemos combater efetivamente a segregação social e garantir um futuro mais justo e equânime para todas as gerações.

A autora alerta, ainda, que o fato de a população adolescente não ser reconhecida como protagonista nos processos decisórios que moldam o destino da cidade, do mercado de trabalho e da sociedade em geral, é preocupante. Essa falta de representação e voz nos espaços de poder político contribui para perpetuar a marginalização e a segregação social desses adolescentes, reforçando sua exclusão dos benefícios do desenvolvimento urbano e econômico. Como consequência disso, alguns jovens podem acabar se envolvendo em atividades consideradas de risco, como mercados informais, atividades ilegais e criminalidade, como uma forma de buscar oportunidades de sobrevivência e inclusão social em meio às barreiras estruturais que enfrentam.

Para enfrentar esses desafios, Lago (2013) adverte que é necessário adotar uma abordagem crítica e emancipadora que reconheça e enfrente as causas profundas da segregação e da exclusão social enfrentadas por esses jovens. Isso pode envolver a implementação de políticas públicas que promovam a inclusão social, o acesso igualitário a serviços básicos, a criação de espaços seguros e inclusivos nas comunidades, além do fortalecimento da participação política e do engajamento cívico dos jovens.

Lago (2013) continua seu raciocínio alertando que a juventude, especialmente a negra e pobre que reside nas periferias, é quase sempre diretamente envolvida nos altos índices de violência e criminalidade. Esses jovens frequentemente são estigmatizados e tratados com suspeição, sendo alvos de preconceito e discriminação por parte de agentes do sistema de justiça criminal, como a polícia. Para a autora, é importante reconhecer que esses adolescentes e jovens, além de serem frequentemente vítimas das circunstâncias socioeconômicas desfavoráveis em que vivem, também são afetados pela falta de oportunidades e pela ausência de políticas públicas eficazes de prevenção da violência e inclusão social.



Assim, Lago (2013) ressalta que a sociedade muitas vezes tende a projetar a culpa pela alta taxa de criminalidade sobre essa população, sem considerar os contextos mais amplos de desigualdade estrutural, falta de acesso a serviços básicos e oportunidades de desenvolvimento. Esse estigma contribui para uma aplicação desproporcional de mecanismos punitivos legais sobre esses jovens, muitas vezes resultando em criminalização e encarceramento em massa, ao invés de uma abordagem mais justa e eficaz de prevenção e resolução de conflitos. Esse fenômeno tem sido denominado por movimentos sociais e alguns intelectuais de “criminalização da juventude” (ONU-Habitat, 2012).

Ainda segundo Lago (2013), o enfrentamento dessa segregação inclui o fortalecimento de políticas de inclusão social, investimento em educação, saúde, cultura e lazer nas comunidades periféricas, além da implementação de medidas de prevenção da violência baseadas em evidências e que considerem as especificidades e necessidades desses jovens. Somente por meio de uma abordagem inteligente, integrada e inclusiva será possível enfrentar efetivamente o ciclo de violência e criminalidade que afeta essas comunidades.

Assim, ratificamos em Mozzer, Vieira e Boechat (2021) que, ao franquear o acesso ao Ensino Superior apenas àquelas e àqueles que se submetem a uma avaliação universal e abstrata desconsiderando tais particularidades e desigualdades sociais, os mecanismos de acesso ao Ensino Superior “incluem segregando”. Validam, por essa via, a exclusão e a desigualdade social. É preciso lembrar, como já citamos, que o vestibular não é um processo natural, mas o resultado de uma decisão político-econômica. No Brasil, ele é contemporâneo à criação de nossa primeira Universidade, estabelecendo-se na década de 1920. Tal fato causa a impressão de que é coextensivo à ideia de Universidade e que, portanto, não haveria outra forma de acesso ao Ensino Superior. Todavia, sabemos que existem outras formas de concebermos o acesso ao Ensino Superior, como demonstra, por exemplo, o caso argentino (Carmo, 2018).

É verdade, porém, que temos observado alguns progressos no que se refere ao acesso ao Ensino Superior. A implementação de políticas de inclusão e a expansão do sistema de Educação Superior no Brasil têm desempenhado um papel fundamental na mudança do perfil dos estudantes universitários. Como mencionado por Silva e Sampaio (2018), essas políticas têm possibilitado o acesso de jovens estudantes de origem popular e pertencentes a grupos historicamente segregados, como quilombolas, indígenas, transgêneros e outros, ao ensino superior. Essa mudança no perfil dos estudantes universitários é extremamente significativa, pois representa um avanço na promoção da equidade e da diversidade no ambiente acadêmico. Esses jovens, que

antes enfrentavam barreiras significativas para acessar a Educação Superior devido a fatores como condições socioeconômicas desfavoráveis, discriminação racial, étnica ou de gênero, agora têm a oportunidade de buscar uma formação universitária e alcançar, pelo menos em parte, seus objetivos educacionais e profissionais. Essa diversificação do corpo discente e docente não apenas enriquece o ambiente universitário com diferentes perspectivas, experiências e conhecimentos, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, ao proporcionar oportunidades de ascensão social para grupos historicamente marginalizados.

No entanto é importante ressaltar que ainda existem desafios a serem enfrentados para garantir que esses estudantes tenham uma experiência acadêmica plena e bem-sucedida. Isso inclui a implementação de políticas de permanência estudantil, apoio psicossocial e pedagógico, programas de orientação acadêmica e profissional, além do combate às formas de discriminação e exclusão ainda presentes nos ambientes universitários. Silvia e Sampaio (2018, p. 255) apresentam estudos recentes que têm identificado trajetórias de jovens estudantes provenientes dos meios populares, em diferentes cursos do ensino superior, ainda marcadas por “mecanismos de barreira” que dificultam o acesso e a permanência desses grupos nas instituições.

Em suma, a mudança no perfil dos estudantes universitários no Brasil reflete os avanços alcançados em termos de inclusão e diversidade no ensino superior, mas também destaca a necessidade contínua de aprimoramento e fortalecimento das políticas e práticas que promovem a equidade e o acesso igualitário à educação para todos os segmentos da sociedade, pois segundo Florestan Fernandes (1975, p. 31), “[...] a universidade não deve erigir-se num fosso que separa o jovem e o isole do fluxo da reconstrução social. Ela deve servir como o verdadeiro fulcro de um estado de participação social consciente e responsável”.

Não é essa, porém, a realidade de nossas instituições públicas de Ensino Superior brasileiras, e é exatamente por conta da permanência de tais contradições que temos visto um forte questionamento, por parte de vários movimentos sociais, da legitimidade dos processos seletivos.

### **Cursinhos populares, educação popular e a Faculdade de Educação da UFG**

A história dos cursinhos populares é parte da história mais geral da educação popular. A história da educação popular, por sua vez, é parte integrante da história da classe trabalhadora

brasileira e da Faculdade da Educação da UFG. Afinal, conforme assinalaram Falcão, Boechat e Pimentel (2020, p. 73-74),

A Educação Popular é um produto histórico das lutas da classe trabalhadora. Concretamente, ela é o resultado contraditório dos esforços da classe produtora da riqueza social na direção de sua inserção na ordem, de sua sobrevivência dentro da ordem, mas também de sua conscientização para a luta revolucionária e emancipatória e, portanto, parte de sua luta contra a ordem.

Com efeito, o FazArte tem revelado, ao longo de sua história, esse caráter contraditório da educação popular. Isso porque, nele, temos observado que se chocam o interesse pela inclusão numa ordem social que nos aliena e desumaniza e o interesse pela superação dessa mesma ordem a partir de uma reflexão crítica sobre a realidade; de uma reflexão que compreenda que,

uma das tarefas fundamentais de uma educação que seja política [...] é exatamente a de possibilitar o exercício no ato de conhecer o mundo, de conhecer o real, o concreto, da vida social, de desocultar pedaços ocultos do mundo pela ideologia dominante (Freire, 2018, p. 99).

Sim, a ideia de “desocultar” o mundo, promovendo uma nova percepção da realidade, é central na obra e no pensamento de Paulo Freire. Freire defendia uma abordagem educativa que não apenas transmitisse conhecimento, mas que também promovesse uma conscientização crítica dos estudantes sobre o mundo em que vivem. Mas, para Freire (2018, p. 105), a percepção do mundo não é individual, mas “uma apreensão social do real”, “a percepção é profundamente ideológica”, “por isso mesmo a percepção é de classe”.

Portanto, de acordo com sua pedagogia,

[...] uma primeira coisa que o educador popular tem que fazer [...] é ver até que ponto é possível fazer com que a percepção se perceba [...] possibilitar que o grupo de educandos perceba como percebe. [...] Ao descobrir como percebe, porque percebe, que pode perceber diferente (Freire, 2018, p. 106).

As palavras de Freire vinculam a educação popular a processos emancipatórios, de libertação, conquistados pela conscientização e pela luta política. Porém, não se pode confundir educação popular com democratização da educação, porque, como nos lembram Streck *et al.* (2014, p. 33), “nem todas as políticas de acesso à educação destinada aos populares são, necessariamente, espaço de ‘educação popular’ no sentido político que se lhe atribui nos processos emancipatórios”.

Segundo Streck *et al.* (2014, p. 49), pode-se observar, no Brasil, processos de fortalecimento institucional da Educação Popular a partir de 2007, com sua inserção nas políticas públicas, como “uma ciência aberta às necessidades e causas populares”. Os autores definem, então, a educação popular da seguinte maneira: “um processo de produção de conhecimento, voltado para a liberdade e para a democracia, que se recusa ao autoritarismo, manipulação e ideologização reproduzidas na lógica da educação de mercado” (Streck *et al.*, 2014, p. 49). É por esse tipo de educação que o FazArte e a Faculdade de Educação lutam.

### **Cursinho popular Comunidade FazArte: breve histórico**

O surgimento e desenvolvimento do cursinho popular Comunidade FazArte exemplifica a busca por uma prática educativa que vai além dos muros tradicionais da universidade, alinhando-se com a ideia de “desocultar” o mundo e gerar uma nova percepção da realidade, conforme proposto por Paulo Freire (2018). Ao criar um espaço físico onde as maiorias populares goianas podem expressar e se apropriar de sua própria cultura, o projeto não apenas proporciona oportunidades educativas, mas também fortalece a identidade e a participação cidadã dessas comunidades.

Como relatamos em Mozzer, Vieira e Boechat (2021, p. 16),

[...] nascido da iniciativa do historiador Fernando Viana e da produtora cultural Patrícia Vieira, o projeto visava, de início, a descentralização da cultura, a democratização do acesso ao patrimônio cultural, formal ou informal, e a criação de um espaço físico em que as maiorias populares goianas pudessem expressar e se apropriar de sua cultura. No seu primeiro ano de existência, o projeto contou com o apoio da Lei municipal de incentivo à cultura de Goiânia.

Assim, como registramos em Mozzer, Vieira e Boechat (2021), o projeto foi inaugurado com exposições artísticas, as quais contaram com a participação da Escola de Circo Laheto (Leles, 2018) e o Grupo de percussão Coró de Pau, bandas locais, exposição de obras de artistas da comunidade, oficinas de teatro, entre outras atividades.

Entre 2005 e 2006, o diálogo com a Faculdade de Informação e Comunicação da UFG e diversos grupos organizados da cidade de Goiânia resultou na criação de uma rádio comunitária. Além disso, oficinas de arte-educação foram realizadas, contando, entre suas atividades, com rodas de capoeira, teatro e música (Mozzer; Vieira; Boechat, 2021).

Mozzer, Vieira e Boechat (2021, p.17) ressaltaram que o apoio da Escola de Circo Laheto foi bastante importante para dar visibilidade e sustentação ao projeto, em seus primeiros passos,

Afinal, a lona da Escola de Circo abrigou as atividades do projeto ao longo de um ano, durante o período em que o projeto contou com o apoio da Lei municipal de incentivo à cultura. Com o fim desse apoio, estudantes da licenciatura da UFG deram início à discussão sobre a continuidade do projeto e, em 2006, propuseram a criação de um cursinho comunitário que pudesse servir de experiência para os estudantes de licenciatura da UFG.

Como lembramos em Mozzer, Vieira e Boechat (2021), foi em 2006, que o cursinho popular Comunidade FazArte se integrou à UFG como projeto de extensão. Desse movimento, participaram estudantes dos mais variados cursos de formação de professores (história, matemática, geografia, dentre outros), os quais, a partir de seu empenho e sua dedicação militante, estruturaram um projeto decisivo e conscientemente voltado à defesa da educação popular. E é por causa da força militante dos licenciandos da UFG e do IFG que o cursinho FazArte se mantém até os dias de hoje.

Já nos seus primeiros anos, o projeto contava com mais de trezentos estudantes matriculados. Funcionando com muitas turmas, durante toda a semana, à noite, o projeto contou com o apoio da estrutura da UFG: não apenas a estrutura física, mas com o apoio para a impressão de material didático, além de bolsas para os estudantes que participavam como educadores (Mozzer; Vieira; Boechat, 2021).

Seu funcionamento baseado na autogestão contou com a colaboração de vários docentes, os quais assinavam a coordenação do projeto, mas sempre trabalhavam em conjunto com estudantes da UFG. Aliás, é interessante constatar que a imensa maioria dos estudantes que participaram da coordenação do projeto mantiveram-se na vida política, demonstrando seu papel formador e organizativo. A partir de 2009, o Cursinho Popular Comunidade FazArte passa a fazer parte da Faculdade de Educação da UFG.

Mozzer, Vieira e Boechat (2021) relatam que, entre os anos de 2009 e 2010, conflitos e divergências quanto ao rumo do projeto começaram a surgir. Conforme contam os autores, o projeto sempre pretendeu ser mais do que um cursinho preparatório para o vestibular. Afinal, desde seu nascedouro, buscou realizar uma crítica contundente ao modelo de universidade que exclui sistematicamente as filhas e os filhos da classe trabalhadora. No entanto o formato “voluntarista” e “assembleista” do cursinho, nos seus primeiros anos, possibilitou a entrada de



educadores com perspectivas ideológicas e pedagógicas nem sempre afinadas com sua intencionalidade original. Esse movimento fomentou a disputa pela direção do projeto, quando ele tinha a maior inserção na comunidade, com mais de mil inscrições anuais sendo realizadas.

Continuando nosso relato,

Nesse período, de disputa política interna, existiam, basicamente, três grupos. O primeiro era formado por professores que defendiam que o projeto não deveria ter uma carga política muito grande em seu conteúdo. Para eles, o que importava era preparar os estudantes para o vestibular e aumentar os números de aprovados nestes processos seletivos. Aliás, alguns dos membros desse grupo acabaram vinculando-se a cursinhos comerciais, vendo no FazArte uma grande oportunidade para aliciar estudantes para seus cursinhos privados. O segundo era composto por militantes de organizações políticas que viam no projeto uma grande vitrine política dentro da universidade. O terceiro, um grupo de educadores que participou da criação do projeto e que resistiram às tentativas de mercantilização e de uso proselitista do Cursinho (Mozzer; Vieira; Boechat, 2021, p. 19).

Buscando garantir o caráter popular do projeto e sua intencionalidade original, mas apropriando-se, também, do aprendizado realizado na construção comum do Cursinho, esse terceiro grupo promoveu reuniões e assembleias para que as disputas políticas pela direção do projeto fossem tornadas públicas. Desse esforço resultou, no ano de 2011, uma Carta de Princípios, aprovada em assembleia no dia nove de agosto de 2011 por estudantes, professores e a coordenação do cursinho (publicada na íntegra em Mozzer; Vieira; Boechat, 2021, p. 20).

Em Mozzer, Vieira e Boechat (2021), relatamos que a partir de 2016, a coordenação do projeto dedicou-se a estudar os princípios, a história e os métodos da Educação Popular, tomando como base o livro *Educação Popular em busca de alternativas*, de Conceição Paludo (2001). Somada ao acúmulo teórico-político dos educadores no que se refere à crítica da estratégia democrática-popular, essa leitura permitiu que fosse repensada a direção dada ao projeto.

Como contamos em Mozzer, Vieira e Boechat (2021, p. 21) optou-se, a partir dessas reflexões, que os educadores do FazArte,

[...] fossem recrutados entre aqueles com maior afinidade com sua intencionalidade política: a formação cultural e a emancipação das maiorias populares. Esperava-se, com isso, evitar que novos grupos políticos pudessem formar-se no interior do cursinho na intenção de desviar sua intencionalidade originária; assegurar a qualidade do projeto, pela competência organizativa e intelectual dos seus educadores-militantes; reorganizar militantes da educação e da cultura dispersos em consequência da fragmentação política correspondente à crise da estratégia democrática-popular.

Em 2016, uma nova Carta de Princípios foi proposta, tendo a educação popular como objetivo central do Projeto, em harmonia com os objetivos e projetos da Faculdade de Educação. Tal carta é usada até os dias de hoje, e alerta para a defesa da educação popular como direito social que não pode ser tratada como mercadoria, voltada apenas para quem pode pagar por ela, dentre outros princípios fundamentais (publicada na íntegra em Mozzer; Vieira; Boechat, 2021, p. 21-22).

A dificuldade em manter a participação dos educadores populares ao longo dos vinte anos de existência do Cursinho Popular Comunidade FazArte reflete um desafio comum enfrentado por muitas iniciativas de extensão universitária. Essa dificuldade está muitas vezes relacionada ao acúmulo de atividades dos educadores, especialmente devido às demandas de seus cursos de graduação. Apesar do tripé ensino, pesquisa e extensão ser um dos pilares das universidades públicas, é verdade que muitos cursos ainda são predominantemente conteudistas, com pouca ênfase em atividades práticas e de extensão que permitam aos alunos e professores se envolverem com a comunidade e com projetos como o FazArte.

A falta de espaço e incentivo para atividades extracurriculares e de extensão, principalmente quando tratamos dos cursos noturnos, levam os educadores populares a enfrentarem dificuldades para conciliar suas obrigações acadêmicas com seu engajamento em projetos como o FazArte. Isso acaba por resultar em uma alta rotatividade de professores e na dificuldade de manter a continuidade e a qualidade das atividades do projeto ao longo do tempo. Para superar esse desafio, é importante que as universidades promovam uma cultura institucional que valorize e incentive a participação dos professores e estudantes em atividades de extensão. Isso pode envolver a revisão dos currículos dos cursos para incluir mais espaços para práticas de extensão e atividades comunitárias, bem como o reconhecimento e valorização do trabalho dos educadores populares por meio de incentivos financeiros, bolsas de estudo, reconhecimento acadêmico e apoio institucional.

Além disso, é essencial promover uma maior integração entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a criar sinergias entre essas áreas e permitir que os estudantes e professores possam contribuir significativamente para projetos de extensão como o FazArte, ao mesmo tempo, em que desenvolvem suas habilidades acadêmicas e profissionais. Somente por meio de um compromisso institucional e uma cultura acadêmica mais inclusiva e engajada será possível superar os desafios enfrentados pela extensão universitária e garantir sua continuidade e impacto positivo na comunidade.

Outra dificuldade enfrentada pelo cursinho popular Comunidade FazArte é em relação à elaboração e distribuição de material didático e está relacionada não apenas às restrições financeiras, mas também aos ataques às universidades públicas e aos cortes de gastos impostos às universidades públicas nos últimos anos nesse país. Os recursos limitados disponíveis para a compra de materiais como canetas, pastas, armários e recursos para fotocópias podem impactar diretamente a qualidade do ensino oferecido pelo cursinho. Além disso, a restrição financeira também pode dificultar a elaboração de materiais didáticos mais elaborados e diversificados, que são essenciais para proporcionar uma experiência de aprendizagem eficaz aos estudantes.

Diante desses desafios, é importante buscar alternativas e estratégias de otimização de recursos para garantir o funcionamento adequado do cursinho. Isso pode envolver parcerias com outros órgãos públicos, captação de recursos por meio de doações e busca por apoio de órgãos governamentais e não-governamentais, além da mobilização da comunidade acadêmica e da sociedade civil em defesa da educação pública, de qualidade e emancipatória. Essas dificuldades se refletem inclusive nos altos índices de evasão escolar vivenciados pelo Cursinho nos últimos anos, fenômeno que acontece também em outros cursinhos populares.

Apesar dessas dificuldades, o Cursinho Popular Comunidade FazArte continua a se apresentar como uma alternativa de acesso à UFG, IFG e a outras instituições públicas de Ensino Superior brasileiras. A ação, cadastrada como um Projeto de Extensão (Mozzer; Vieira, 2018), integra também um Projeto de Pesquisa (Vieira; Mozzer, 2019) e, de forma colaborativa, tem promovido um espaço de produção de conhecimento e um palco de inserção social, de formação acadêmica e de desenvolvimento humano. Para além disso, o Cursinho tem sido concebido como uma oportunidade para os alunos das Licenciaturas da UFG e IFG obterem experiência no magistério do Ensino Médio, além de desenvolver nos estudantes do Ensino Médio maior consciência crítica e protagonismo.

Segundo Mozzer, Vieira e Boechat (2021), os egressos do cursinho, ao ingressarem na Universidade, têm se mostrado sensíveis a esta ação, retornando a ela como voluntários não só para ministrar aulas, como também para trabalharem em sua organização. Esse dado sinaliza que o trabalho desenvolvido pelo cursinho popular Comunidade FazArte vai além da preparação cognitiva e intelectual dos alunos, alcançando também aspectos afetivos, sociais e políticos, proporcionando a estudantes e professores um ambiente de aprendizado rico em trocas de experiências, debates e reflexões sobre questões sociais, políticas e culturais,

fortalecendo sua consciência crítica, capacidade de análise e participação ativa na sociedade. Dessa forma, o cursinho popular Comunidade FazArte não apenas se destaca como um projeto de extensão universitária, mas também como um exemplo inspirador de uma prática educativa comprometida com a promoção da justiça social, da inclusão e da emancipação das camadas populares da sociedade.

### **Considerações finais**

O objetivo do cursinho popular Comunidade FazArte, de contribuir para a construção de uma Universidade popular, reflete um compromisso profundo com a democratização do acesso ao ensino superior e com a promoção da justiça social. Essa visão de Universidade vai além de oferecer uma educação de qualidade e gratuita, buscando também garantir que a instituição esteja alinhada com os interesses e necessidades das amplas maiorias populares, especialmente da classe trabalhadora brasileira.

A Universidade que queremos é uma Universidade popular que não apenas abra suas portas para estudantes de diferentes origens sociais, étnicas e econômicas, mas que também se comprometa ativamente em promover a inclusão, a diversidade e a equidade em todas as suas atividades. Isso inclui a adoção de políticas de acesso afirmativas que garantam a representatividade de grupos historicamente marginalizados, bem como o desenvolvimento de currículos e pesquisas que abordem questões relevantes para a sociedade como um todo, especialmente aquelas relacionadas às desigualdades sociais e econômicas.

Além disso, uma Universidade Popular se engaja com sua comunidade local, buscando estabelecer parcerias e colaborações que beneficiem não apenas os estudantes, professores e professoras, mas também os moradores e organizações da região. Isso pode envolver a realização de projetos de extensão, programas de educação continuada, serviços de saúde e assistência social, entre outras iniciativas que contribuam para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da comunidade como um todo, e não de instituições e empresas privadas.

O projeto busca, ainda, ampliar o olhar dos processos educacionais meramente tecnicistas e de preparação para o “mercado de trabalho”, procurando superar o reducionismo que identifica trabalho e mercado de trabalho; tematizando as contradições, interesses e modismos que interpenetram a Educação em uma sociedade marcadamente classista e fragmentária do saber e do fazer (Lobo, 2009). Buscam, portanto, ultrapassar o caráter

meramente tecnicista da educação e apontar possibilidades críticas no trato com os conteúdos da Educação Básica.

Dessa forma, o cursinho popular Comunidade FazArte promove educação popular. O trabalho em autogestão dentro do FazArte não apenas prepara os estudantes para o ensino superior, mas também os capacita a tornarem-se sujeitos de mudança e defensores dos interesses das amplas maiorias populares, promovendo uma educação emancipadora e comprometida com a justiça social. Isso é, seguramente, um diferencial do FazArte e de todos os cursinhos populares que visam a ruptura do mero assistencialismo (Freire, 1980).

Como apontamos em Mozzer, Vieira e Boechat (2021), a perspectiva do FazArte funda-se no diálogo com autores como Paulo Freire (1980, 2018), Mauro Iasi (2001) e Demerval Saviani (1987), no que tange às contribuições para uma educação emancipadora. Essa abordagem valoriza os saberes prévios do povo e suas realidades culturais na construção de novos conhecimentos, por meio da mediação dos conteúdos do ensino básico, expressos através de dramatizações pedagógicas críticas e conceitos da economia política.

Nesse sentido, os projetos de extensão e pesquisa do cursinho popular Comunidade FazArte representam uma abordagem de ensino diferenciada, que se destaca pela valorização do diálogo, da conscientização e do comprometimento com a formação integral dos participantes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática. Luta diária de todas as ações e projetos da Faculdade de Educação da UFG nesses seus 55 anos de história.

## REFERÊNCIAS

CARMO, M. Com Faculdades Públicas e sem Vestibular, Argentina atrai cada vez mais Universitários Brasileiros. **BBC News Brasil**, 16 abr. 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43644403> acesso em: 24 set. 2021.

FALCÃO, A. T. S.; BOECHAT, F. M.; PIMENTEL, M. D. M. Educação popular e luta de classes. In: BARBOZA, D. R.; BOTELHO J. (org.). **Lutas sociais e a ofensiva do capital no Brasil contemporâneo: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. DOI: 10.29388/978-65-86678-42-0-0-f.73-90. Disponível em: [https://www.editoranavegando.com/\\_files/ugd/35e7c6\\_98c5517ed002431a95672929fb05422e.pdf](https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_98c5517ed002431a95672929fb05422e.pdf). Acesso em 7 jun. 2024.



FERNANDES, F. **Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia do compromisso: América Latina e Educação Popular.** São Paulo: Paz e Terra, 2018.

IASI, M. L. **Processo de consciência.** 2. ed. São Paulo: CPV, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2021.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LAGO, M. P. Da transgressão à criminalização: o destino do adolescente na sociedade da indiferença. In: LAGO, M. P.; MOZZER, G. N. S.; SANTIBANEZ, D. A. (org.) **Adolescência: temores e saberes de uma sociedade em conflito.** Goiânia: Cânone, 2013. p. 98-111.

LELES, M. T. **A formação do artista circense goiano: olhares e deslocamentos entre o Circo Basileu França e o Circo Laheto.** 2018. Dissertação (Mestrado em Performances Culturais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/47d9ee1f-9c91-4f3f-8cc4-d24c8ea70da5>. Acesso em: 7 jun. 2024.

LOBO, P. A. **Núcleo de Educação Popular 13 de Maio: uma contribuição para a formação política da classe trabalhadora.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/5c033692-1be3-4ab3-8b00-50165973c814>. Acesso em: 7 jun. 2024.

MOZZER, G. N. S.; VIEIRA, A. O. M. **Cursinho Popular Comunidade Fazarte.** 4f. Projeto de Extensão – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

MOZZER, G. N. S.; VIEIRA, A. O. M.; BOECHAT, F. Cursinho popular Comunidade FazArte: uma experiência no campo da extensão popular. **Revista UFG**, Goiânia, v. 21, e21.70428, 2021. DOI: 10.5216/revufg.v21.70428. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/70428>. Acesso em: 7 jun. 2024.

ONU-HABITAT. **Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012: rumbo a una nueva transición urbana.** Nairobi: Programa de las Naciones Unidas para Los Asentamientos Humanos, 2012. Disponível em: <https://unhabitat.org/estado-de-las-ciudades-de-america-latina-y-el-caribe-state-of-the-latin-america-and-the-caribbean>. Acesso em: 7 jun. 2024.

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular.** Porto Alegre: Tomo, 2001.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 17. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

SILVA, S. A.; SAMPAIO, S. M. R. Cursos de alto prestígio social e estudantes de origem popular: seletividade e democratização. *In*: SOUZA, V. L. T. *et al.* (org.). **Psicologia escolar crítica**: atuações emancipatórias nas escolas públicas. Campinas: Alínea, 2018, p. 249-264.

STRECK, D. R. *et al.* **Educação popular e docência**. São Paulo: Cortez, 2014.

VIEIRA, A. O. M.; MOZZER, G. N. S. **A experiência do cursinho popular Comunidade Fazarte-UFG na formação de professores**. 26f. 2019. Projeto de Pesquisa – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

### ***CRediT Author Statement***

---

- ☐ **Reconhecimentos:** Não aplicável.
  - ☐ **Financiamento:** Não aplicável.
  - ☐ **Conflitos de interesse:** Não aplicável.
  - ☐ **Aprovação ética:** Não aplicável.
  - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Todos os dados informados se encontram disponíveis no artigo.
  - ☐ **Contribuições dos autores:** Todos os três autores envolveram-se nas etapas de conceitualização, curadoria de dados, análise formal, metodologia, validação, escrita, - rascunho original, escrita- revisão e edição.
- 

**Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Correção, formatação e normalização.

